

MUNICÍPIO DE VIMIOSO

Proposta de prestação de serviços



APOIO À ELABORAÇÃO DE DUAS CANDIDATURAS AO AVISO
RE-C03-I01.M01 – REQUALIFICAÇÃO E ALARGAMENTO DA
REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

Índice

1	Enquadramento.....	1
2	Objetivos.....	2
3	Metodologia.....	2
4	Calendarização	6
5	Honorários	6
6	Equipa técnica.....	7
7	SPI.....	11

1 Enquadramento

Concebido no âmbito da iniciativa europeia *Next Generation EU*, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) tem como objetivo auxiliar o processo de reparação dos danos socioeconómicos produzidos pela pandemia.

Além de assegurar a necessária resposta conjuntural aos efeitos da crise pandémica, o PRR assume-se como um instrumento de transformação estrutural, alinhado com os princípios da Estratégia Portugal 2030.

O PRR encontra-se organizado em três dimensões estruturantes: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital. Estas dimensões são concretizadas através de 20 Componentes que integram por sua vez 37 Reformas e 83 Investimentos.

No âmbito da dimensão da Resiliência salienta-se a Componente 03 – Respostas Sociais, no seu investimento RE-C03-i01 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, que tem como objetivo reforçar, adaptar, requalificar e inovar em pelo menos 28 000 lugares intervencionados nas respostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidades e famílias, tendo em vista a promoção da natalidade, do envelhecimento ativo e saudável, da inclusão e promoção da autonomia e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar e a coesão social e territorial.

No âmbito da referida Componente 03, foi lançado o Aviso [RE-C03-i01.m01 – - Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais](#) que foca a criação e remodelação de lugares nas seguintes tipologias de respostas sociais: Creche; Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI); Centro de Dia; Serviço de Apoio Domiciliário (SAD); Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI); e Residência Autónoma.

Neste enquadramento, o Município de Vimioso pretende avançar com duas candidaturas a este Aviso, focando a criação de dois equipamentos orientados para a área da deficiência (área na qual a taxa de cobertura atual é ainda muito limitada):

- Um [Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão \(CACI\)](#) com capacidade para 30 utentes;
- Um conjunto de 6 [Residências Autónomas](#) para um total de 30 utentes.

Pretende-se que ambos os equipamentos se venham a instalar na Freguesia de Carção, nos espaços da antiga Escola Primária.

Como conhecedora próxima da realidade de Vimioso, do seu território e dos seus principais agentes, e com sólidas competências para o apoio a processos de candidatura, a SPI propõe-se apoiar o Município de Vimioso na apresentação destas duas candidaturas, nos moldes seguidamente apresentados.

2 Objetivos

O objetivo geral dos trabalhos apresentados na presente proposta consiste em apoiar o Município de Vimioso na elaboração de duas candidaturas ao Aviso N.º. 02/C03-i01/2021, RE-C03-i01.m01 – Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais.

A elaboração de cada candidatura irá assentar nos seguintes objetivos específicos:

- Recolher e analisar a informação e documentação relevante;
- Elaborar os elementos da candidatura e verificar a documentação a apresentar;
- Apoiar o processo de submissão da candidatura.

3 Metodologia

A definição das diferentes Etapas que constituem a metodologia foi realizada tendo em consideração a otimização dos trabalhos e a resposta aos objetivos definidos. Procurou-se fazer com que cada uma das Etapas se constituísse como um módulo independente, coerente e com uma organização dos trabalhos fluida. Assim sendo, a abordagem proposta assenta nas seguintes Etapas:

- **ETAPA 1:** Recolha e análise da informação e documentação relevante;
- **ETAPA 2:** Elaboração dos elementos das candidaturas e verificação da documentação a apresentar;
- **ETAPA 3:** Apoio ao processo de submissão das candidaturas.

Seguidamente descrevem-se os trabalhos a realizar no âmbito das Etapas identificadas.

ETAPA 1 RECOLHA E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE	
DURAÇÃO	2 semanas
NOTAS METODOLÓGICAS	No início dos trabalhos será realizada uma reunião com o Município de Vimioso para a definição detalhada das atividades a realizar, de modo a garantir uma plena adequação da metodologia aos resultados pretendidos. Nessa reunião, será revisto o enquadramento das intervenções previstas pelo Município nas exigências do Aviso e do PRR. Serão assim detalhadas as condições do Aviso e serão apresentados os principais requisitos necessários para a submissão das candidaturas, podendo-se destacar como aspetos fundamentais: ■ A existência de parecer emitido pelo Conselho Local de Ação Social da Rede Social, destacando aspetos relevantes para avaliação de mérito do projeto; ■ A existência de projeto de arquitetura que corresponda às exigências do Aviso. Serão ainda revistos os critérios de análise do mérito das candidaturas, tendo em vista proceder à adequação das candidaturas e à recolha de elementos que permitam otimizar a pontuação a obter. Poderão ser envolvidas nestes trabalhos preparatórios todas as entidades que o Município considere relevantes.

ETAPA 2 | ELABORAÇÃO DOS ELEMENTOS DAS CANDIDATURAS E VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO A APRESENTAR

DURAÇÃO	3 semanas
NOTAS METEOLÓGICAS	Tendo por base os elementos recolhidos na Etapa anterior, será promovida a elaboração dos diferentes elementos de cada candidatura, que permitam apresentar detalhadamente o projeto e dar resposta aos diferentes pontos solicitados no Aviso. Entre os documentos a elaborar destacam-se as memórias descritivas, os orçamentos globais e os elementos de densificação do mérito, todos eles relevantes para as candidaturas a apresentar. Importa referir que toda a informação de base que venha a mostrar-se necessária, sobretudo a relacionada com os projetos de arquitetura e com os pareceres do Conselho Local de Ação Social da Rede Social, deverá ser disponibilizada atempadamente, tendo em conta os prazos de candidatura. Para além da elaboração dos elementos indicados anteriormente, esta Etapa irá compreender a compilação e verificação dos documentos administrativos de suporte às candidaturas e cuja disponibilização será da responsabilidade do Município.

ETAPA 3 | APOIO AO PROCESSO DE SUBMISSÃO DAS CANDIDATURAS

DURAÇÃO	1 semana
NOTAS METEOLÓGICAS	No âmbito desta Etapa, e com base nos elementos desenvolvidos nas Etapas anteriores, será preenchido o formulário de cada candidatura, em conformidade com os requisitos da plataforma do PRR (Plataforma SI C03/RS PRR). Este trabalho envolverá a submissão da documentação de suporte necessária, anteriormente compilada e/ou preparada nas Etapas anteriores. Para que a SPI possa realizar estes trabalhos, o Município de Vimioso deverá disponibilizar antecipadamente os dados de acesso ao Balcão 2020, sem os quais o preenchimento do formulário não será possível. Após o preenchimento do formulário, será da responsabilidade do Município proceder à formalização da submissão das candidaturas, tarefa para a qual são necessárias, no caso do Balcão 2020, as credenciais de “super-utilizador”. No final desta Etapa será elaborado e entregue um Dossier para cada candidatura, em formato digital, que incluirá, de forma organizada, os principais elementos elaborados e compilados no decorrer do processo. No período posterior à submissão das candidaturas será prestado o apoio que se mostre necessário até à decisão final, nomeadamente no que concerne à preparação de elementos adicionais ou à resposta a pedidos de esclarecimento.

4 Calendarização

As Etapas definidas anteriormente terão a duração de 5 (cinco) semanas, a contar da data da adjudicação, de acordo com o seguinte cronograma:

ETAPA / SEMANA	1	2	3	4	5
ETAPA 1: Recolha e análise da informação e documentação relevante;					
ETAPA 2: Elaboração dos elementos das candidaturas e verificação da documentação a apresentar;					
ETAPA 3: Apoio ao processo de submissão das candidaturas.					

Independentemente dos prazos de adjudicação e do faseamento estipulado, o planeamento apresentado considera a necessidade de apresentação das candidaturas até à data limite para a respetiva submissão.

5 Honorários

O valor dos honorários para a elaboração de cada candidatura é de 3.750 € (três mil, setecentos e cinquenta Euros), correspondentes a um total de 7.500 € (sete mil e quinhentos euros), faturados na totalidade com a entrega dos *dossiers* de candidatura.

Este valor inclui a realização de todos os trabalhos descritos, bem como as deslocações dos técnicos inerentes à realização dos mesmos.

Ao montante atrás indicado acresce o valor de IVA à taxa em vigor.

O prazo de pagamento proposto é de 30 dias a contar da data da fatura.

6 Equipa técnica

A equipa da SPI apresenta uma capacidade consolidada na gestão de projetos complexos que exigem o estabelecimento de interações com diferentes entidades.

Os trabalhos serão desenvolvidos por uma equipa técnica abrangente que integra consultores especializados em diferentes domínios, onde se incluem:

- Desenvolvimento Regional;
- Desenvolvimento e Coesão Socioterritorial;
- Planeamento Estratégico;
- Programas de Financiamento.

Os elementos constituintes da equipa técnica detêm conhecimento aprofundado do território e vasta experiência em equipas multidisciplinares, fatores considerados essenciais para o bom desenvolvimento dos trabalhos.

A equipa técnica será coordenada pelo Professor Augusto Medina, que ficará responsável pela coordenação técnica, científica e metodológica dos trabalhos.

Seguidamente apresentam-se as sínteses curriculares do coordenador e de alguns membros da equipa de projeto, que assumirão funções de relevo no trabalho.

Augusto Medina | Coordenador

Augusto Medina é Presidente do Conselho de Administração da SPI, tendo sido o seu fundador em 1996.

É responsável por um vasto número de projetos do sector público e privado nas áreas de competitividade empresarial, investigação e desenvolvimento, inovação, formação e empreendedorismo em Portugal, Europa Ocidental, Ásia, África, Estados Unidos e América do Sul.

Augusto Medina foi também Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e Diretor fundador da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa.

Recebeu vários louvores ao longo da sua carreira: *Chevalier de l'Ordre National du Mérite, République Française*, 1995; *United Biscuits Industrial-Academic Achievement Award*, 1997; Doutor Honoris Causa – *Moscow State Academy of Applied Biotechnology, Moscow*, 1996. Foi ainda delegado nacional em diferentes programas da Comissão Europeia.

Augusto Medina é doutorado em Engenharia Química pela Universidade de Birmingham.

Guilherme Paredes

Guilherme Paredes é consultor da SPI, onde colabora na área do desenvolvimento territorial.

É Mestre em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2008), doutorado pela Universidade do Porto (2016, Cum Laude), e MBA pela Porto Business School (2021, Dean's List), e perito certificado em desenvolvimento de novos mercados pela EPFL (Suíça).

Começou a exercer atividade em 2008, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em estudos de dinâmica e evolução costeira e desenvolvimento de tecnologias exploração de energia renovável marinha. Depois dedicou-se à investigação de estruturas flutuantes para energias renováveis marinhas, na Universidade do Porto e na Universidade de Tecnologia Chalmers (Suécia), desenvolvendo novas soluções estruturais, ferramentas laboratoriais e códigos de computador. Nesta área exerceu atividade também na Universidade de Aalborg (Dinamarca) em modelação estatística.

Foi consultor no INEGI na secção de tecnologia marinha, onde desenvolveu tecnologias de aquacultura e identificou oportunidades de negócio no sector marítimo. Mais recentemente tem-se dedicado à área de consultoria de gestão, onde colaborou no desenvolvimento de planos de negócio de novos produtos, planos de internacionalização e de marketing para PMEs Portuguesas.

É perito externo da Comissão Europeia para programas de financiamento de investigação científica e tecnologia.

João Medina

João Medina é consultor da SPI desde 2001, sendo atualmente gestor na área do território e do desenvolvimento regional.

Sendo especializado nas áreas do desenvolvimento regional e do fomento da inovação, João Medina tem coordenado e colaborado no desenvolvimento e gestão de projetos para diferentes tipos de instituições, sejam elas do setor privado, público, ou organizações internacionais.

João Medina tem uma considerável experiência internacional, destacando-se as atividades realizadas em Angola, no Brasil, na China (onde residiu no decorrer de 2007) e nos Estados Unidos (2000).

Desde fevereiro de 2021 João Medina é especialista do Programa Urbact nas áreas do planeamento urbano e da promoção da competitividade empresarial e do empreendedorismo. Entre 2013 e 2016 foi também especialista da Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia (DG Regio).

João Medina é Mestre em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2007), tendo realizado a sua dissertação sobre a temática das Estratégias Regionais de Inovação, área na qual apresentou diferentes artigos e comunicações.

Ricardo Silva

Ricardo Silva é consultor na SPI desde 2021, tendo estado envolvido em trabalhos de ciência e tecnologia, estratégias regionais de desenvolvimento e adaptação territoriais, projetos europeus e captação de financiamento internacional.

Tendo iniciado o seu percurso profissional em 2010, desempenhou funções de investigação em contexto nacional e internacional e de técnico especialista em entidades públicas locais e internacionais. Em contexto de nacional, desempenhou funções técnicas com particular foco em assuntos de desenho urbano e apoio a preparação de concursos públicos. Participou ainda em vários estudos de índole territorial em Portugal, tendo colaborado com diversas tipologias de entidades, incluindo universidades, municípios e órgãos da administração central. Em contexto internacional, participou na estratégia para georreferenciação dos projetos do Banco Europeu de Investimento e lecionou e participou em projetos internacionais de investigação na Universidade de Wageningen, nos Países Baixos.

Ricardo Silva é licenciado e mestre em Arquitetura Paisagista pela Universidade do Porto, tendo participado em diversas pós-graduações em contexto nacional e internacional na área do território, ambiente e desenvolvimento sustentável.

Sara Marques Silva

Sara Marques Silva exerce funções de analista da SPI desde 2020. No decorrer das suas funções tem participado em diversos projetos relacionados com o planeamento territorial, nomeadamente projetos de desenvolvimento territorial e urbano, coesão social e reabilitação urbana.

É mestre em Economia e Gestão da Inovação pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, tendo a sua dissertação incidido sobre o tema “Uma abordagem sub-regional às Estratégias de Especialização Inteligente (RIS3) no Norte de Portugal” e é licenciada em Administração Pública pela Universidade do Minho, tendo durante a sua formação académica, participado no programa Erasmus + na Universidade de Turim, em Itália.

Sofia Cunha

Sofia Cunha é consultora da Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI), onde tem estado envolvida em projetos no âmbito do desenvolvimento territorial, reabilitação urbana e requalificação de espaços públicos.

Sofia Cunha é mestre em Arquitetura Paisagista, e realizou nos últimos anos projetos de ordenamento territorial, reabilitação urbana e de arquitetura paisagista em Câmaras Municipais.

Foi finalista dos Prémios Ibero-Americanos Jovem Arquiteto Paisagista 2013 e Jovem Arquiteto Paisagista 2014. Em 2015, foi selecionada para apresentação de projeto no Le Nôtre Landscape Forum 2015, em Bucareste.

Apresenta experiência nas áreas do planeamento urbano, reabilitação urbana e projetos de arquitetura paisagista, sendo utilizadora de ferramentas de desenho técnico e visualização tridimensional.

7 SPI

A Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI) foi constituída em 1996 tendo como missão apoiar os seus clientes na gestão de projetos que fomentem a inovação e promovam oportunidades internacionais, recorrendo sempre que conveniente à criação de parcerias estratégicas.

Com uma equipa de mais de 80 consultores permanentes, de diferentes nacionalidades e áreas de conhecimento, e uma rede alargada de especialistas, a SPI estrutura a sua atividade em três domínios: Inovação, Ciência e Tecnologia e Território.

Posicionando-se como um catalisador único de ligações entre diferentes tipos de entidades, a SPI apresenta entre os seus clientes Municípios e associações de Municípios; instituições de ensino superior e centros de investigação; empresas e associações empresariais; entidades da administração pública, incluindo várias agências e ministérios; e organizações internacionais, como o Banco Mundial ou a Comissão Europeia.

A forte perspetiva internacional atribuída pela SPI aos seus projetos reflete-se na criação de empresas e escritórios de representação em diferentes áreas geográficas. O Grupo inclui a SPI Açores, a SPI China, a SPI España, a SPI USA, a SPI Ventures, e uma representação permanente em Bruxelas, através de uma parceria com a European BIC Network (EBN).



Figura 1. Presença geográfica dos escritórios e empresas da SPI.

No domínio do Território, a SPI realiza uma grande diversidade de atividades relacionadas com a promoção de territórios sustentáveis, competitivos, inteligentes e coesos. Estas atividades podem ser estruturadas nas seguintes áreas-chave: Desenvolvimento e Coesão; Inovação e Competitividade; Ordenamento do Território e Urbanismo; Alterações Climáticas e Descarbonização; Turismo e Património; e Cooperação e Internacionalização.



Figura 2. Áreas-chave na atuação da SPI.